

## Os princípios e os desafios

Sob os princípios de 'acesso', 'equidade', 'qualidade do sistema', 'participação de todos' e 'sustentabilidade na saúde', o plano coordenado por Humberto Jesus define também os seus principais desafios. Desde logo, os efeitos da pandemia que ainda continuam presentes, mas também as crises energética e climática. As epidemias de doenças não transmissíveis são o outro desafio que se coloca.

res a 75 anos) na Madeira (35,6%), sendo responsáveis por "164 óbitos de pessoas com menos de 75 anos". Uma vez mais, neste caso, os tumores são mais comuns entre os homens (12 óbitos por 100 mil habitantes), quando comparado com as mulheres (12,0 óbitos por 100 mil habitantes).

A taxa de mortalidade por tumor maligno da laringe, da traqueia, dos brônquios e dos pulmões é a mais alta (32,8 mortes por cada 100 mil habitantes) de entre os tumores, sendo este valor muito superior entre os homens (55,9 óbitos por cada 100 mil homens) do que entre as mulheres (11,5 óbitos por cada 100 mil mulheres).

Mas os objetivos do Plano Regional de Saúde vão muito além do flagelo do cancro.

O plano define um conjunto de objetivos a atingir na década, nomeadamente reduzir a taxa bruta de mortalidade dos 1.068, em 2020, para 1.063 por 100.000 habitantes, atingir uma taxa bruta de mortalidade de prematura inferior a 413 por 100.000, quando hoje é mais do dobro (960); e atingir uma taxa bruta de mortalidade por doenças do aparelho circulatório inferior a 325 por 100.000, quando em 2020 era de 326 mortes. O plano pretende ainda baixar a taxa bruta de mortalidade por doenças respiratórias para menos de 167 óbitos por 100.000 habitantes, a mortalidade por transtornos mental e comportamentais para menos de 102, a mortalidade por doenças do aparelho digestivo para 57 pessoas e ainda a mortalidade por causas externas de lesão e envenenamento para menos de 50 óbitos.



O Plano Regional de Saúde é coordenado por Humberto Jesus, diretor regional de Saúde.

SAÚDE

# Plano pretende reduzir mortes por cancro até 2030

Com "95% de confiança", em 2030, estarão a morrer mais 15% dos madeirenses por tumores malignos do que em 2020. O novo Plano Regional de Saúde pretende travar essa trajetória e reduzir as mortes.

Por **Alberto Pita**  
a.bertopita@im-madeira.pt

Uma das metas vertidas no 'Plano Regional de Saúde 2021-2030', um documento que se encontra em discussão pública até à próxima terça-feira, dia 24, é reduzir a taxa bruta de mortalidade por tumores malignos dos 265, registados em 2020, para 254 por 100.000 habitantes, em 2030.

A meta é tão mais exigente porquanto as previsões apontam para que em 2030 as mortes possam ultrapassar as 300, por cada 100 mil habitantes. De acordo com 'documento de apoio' que acompanha o plano regio-

nal, é esperado "com 95% de confiança" que os tumores malignos sejam responsáveis por mais de 305 mortes.

O problema é mais preocupante e entre os homens do que entre as mulheres. Para os "homens

projeta-se um crescimento, especialmente desde 2022, com 302 óbitos por cada 100.000 homens e que pode chegar aos 374 óbitos em 2030", lê-se no documento de apoio. Os tumores malignos entre as mulheres surgem com

valores um pouco menores, contudo "com 95% de confiança pode chegar aos 277 óbitos por cada 100.000 mulheres" em 2030.

Os tumores malignos são também o principal responsável pelas mortes prematuras (inferior-

## Regressar aos valores de 2019 no campo da morbilidade

No campo da morbilidade, os objetivos do 'Plano Regional de Saúde 2021-2030' são claros e assumem a intenção de conseguir valores abaixo dos registados em 2019, num conjunto de problemas que causam morbilidade. Assim, é proposto que em 2030 a prevalência de artroses na população com 15 e mais anos fique em valores abaixo de 18,2%, ou seja, da taxa registada em 2019; o mesmo sucederá com as dores

lombares ou outros problemas nas costas (31,8%, em 2019), as dores cervicais ou outros problemas crónicos do pescoço (19,2%, em 2019), a depressão (10,4%, em 2019), a doença coronária (4,9%, em 2019), os AVC e respetivas consequências crónicas (1,5%, em 2019), a doença pulmonar obstrutiva crónica ou enfisema (5,8%, em 2019); e a diabetes ou a diabetes gestacional (10%, em 2019).